

A construção discursiva da crise: o papel do telejornalismo na formação da opinião pública durante o impeachment de Dilma Rousseff¹

Maria Clara Minervino Montanha Ramos²
Leandro Ribeiro de Lacerda³
Centro Universitário Hélio Alonso - FACHA

Resumo

Este artigo analisa como o telejornalismo construiu discursivamente a percepção de crise política durante o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Foram examinadas reportagens de três telejornais nacionais — *Jornal Nacional* (TV Globo), *Jornal da Record* (Record) e *SBT Brasil* (SBT) — em treze datas-chave, complementadas por entrevistas com especialistas e um questionário aplicado a 167 participantes. Com base na Análise do Discurso de Michel Foucault e em autores como Pierre Bourdieu, Maxwell McCombs e Nilson Lage, a pesquisa demonstra que os telejornais operaram como dispositivos de poder-saber, reforçando narrativas de ilegitimidade e inevitabilidade do afastamento. Ao retomar esse episódio em 2025, o estudo evidencia a permanência de seus efeitos simbólicos na cultura política brasileira e no imaginário midiático contemporâneo.

Palavra-chave: impeachment; telejornalismo; influência; opinião; público.

1 Introdução

A relação entre mídia e política no Brasil é historicamente tensionada, oscilando entre apoio institucional e enfrentamento simbólico. No contexto do impeachment de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, essa tensão se intensificou. Mais do que relatar os fatos, os telejornais contribuíram para construir sentidos sobre a legitimidade do governo e sobre a suposta inevitabilidade de sua destituição.

Este artigo parte da hipótese de que os telejornais analisados — *Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *SBT Brasil* — adotaram enquadramentos que reforçaram a percepção pública de colapso político, contribuindo para a legitimação simbólica do impeachment. A investigação se ancora na Análise do Discurso (AD), de Michel Foucault, considerando

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 8º Semestre, do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Hélio Alonso - FACHA, e-mail: mariaclaramontanha05@gmail.com

³ Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Hélio Alonso - FACHA, e-mail: leandro.lacerda@facha.edu.br

os telejornais como dispositivos de poder-saber que organizam enunciados, selecionam sujeitos autorizados a falar e regulam os limites da visibilidade.

Em 2025, a retomada deste debate adquire novo sentido. Os efeitos do processo de 2016 extrapolaram sua conjuntura e continuam a influenciar a esfera pública. A deslegitimação discursiva de lideranças, o enfraquecimento da confiança nas instituições e o avanço de projetos autoritários são elementos que podem ser rastreados até o modo como a crise foi simbolicamente construída e amplificada pela televisão.

Ao articular análise de conteúdo, entrevistas qualitativas e percepção do público, o estudo busca contribuir para uma compreensão crítica do papel da mídia em momentos de inflexão institucional. O objetivo é demonstrar como a cobertura televisiva não apenas reflete, mas estrutura a crise política por meio de operações discursivas que produzem consenso, desautorizam sujeitos e performam eventos como inevitáveis.

2 Metodologia

A pesquisa adota uma triangulação metodológica combinando três abordagens: (1) análise do discurso de reportagens televisivas; (2) entrevistas com profissionais e especialistas; e (3) aplicação de um questionário estruturado.

2.1 Análise do discurso

Inspirada em Michel Foucault (1996; 2008), a análise parte do princípio de que os discursos não representam simplesmente a realidade, mas a constituem. Foram examinadas reportagens exibidas em treze datas-chave entre dezembro de 2015 e setembro de 2016, selecionadas por sua relevância na tramitação do impeachment. O corpus inclui coberturas de *Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *SBT Brasil*.

A análise considerou os enunciados predominantes, os sujeitos autorizados a falar, os silenciamentos estruturais e os recursos retóricos acionados. O objetivo foi identificar como os telejornais produziram uma narrativa de crise, desgoverno e inevitabilidade, operando sob regimes de verdade e lógica de visibilidade.

2.2 Entrevistas com especialistas

Foram realizadas duas entrevistas em profundidade: uma com um produtor de reportagem com atuação em telejornalismo nacional durante o período, e outra com um cientista político especialista em instituições democráticas. As entrevistas foram

semiestruturadas e conduzidas remotamente. As respostas foram tratadas como discursos interpretativos vinculados a regimes específicos de enunciação, contribuindo para compreender os bastidores da produção e a circulação institucional dos sentidos sobre o impeachment.

2.3 Aplicação de questionário

O questionário estruturado contou com 167 respondentes de diferentes regiões do país. A amostra, não probabilística, foi obtida por meio de divulgação online. Os critérios de inclusão exigiam idade mínima de 18 anos e consumo regular de televisão no período de 2015 a 2016. A pesquisa abordou hábitos de consumo de mídia, percepção sobre o tratamento dado à presidenta, julgamento sobre o caráter jurídico ou político do impeachment e avaliação crítica das emissoras.

A análise estatística foi descritiva e buscou evidenciar padrões de recepção e atribuição de sentido, em especial quanto à influência dos telejornais na formação da opinião pública. Os dados permitiram contrastar percepções entre faixas etárias e níveis de escolaridade, oferecendo subsídios para interpretar as ressonâncias discursivas da cobertura televisiva.

3 O impeachment de Dilma Rousseff

O impeachment de Dilma Rousseff, formalizado em 31 de agosto de 2016, resultou da aceitação de denúncia por crime de responsabilidade, sustentada na edição de decretos orçamentários e nas chamadas “pedaladas fiscais”. Embora ancorado em fundamentos jurídicos, o processo foi impulsionado por uma conjuntura de intensa polarização política, recessão econômica e desgaste institucional. A perda de apoio parlamentar, a exposição seletiva promovida pela Operação Lava Jato e a mobilização de protestos com forte cobertura midiática criaram um ambiente simbólico de colapso. Nesse cenário, o impeachment foi apresentado como desfecho necessário para restaurar a estabilidade, ganhando contornos discursivos que excederam o plano legal.

4 A construção discursiva da crise

A cobertura dos telejornais analisados revela a atuação da mídia como agente na produção de sentidos e na organização de regimes discursivos. Com base em Foucault (1996), entende-se que a televisão, ao selecionar enunciados, sujeitos e eventos visíveis,

opera como dispositivo de poder-saber, uma vez que, ao reiterar imagens, vocabulários e enquadramentos que enfatizavam a crise, os telejornais produziram sentidos que deslocaram a narrativa do campo jurídico para o terreno da inevitabilidade política. O impeachment, mais do que um evento normativo, foi performado como ruptura consensual diante de um governo fragilizado.

Gabriel Tarde (2005) sugere que a opinião pública é moldada por repetição e imitação. A televisão, ao reiterar certas imagens e excluir outras, estabeleceu um regime de verdade sobre o governo, no qual Dilma Rousseff foi discursivamente posicionada como figura enfraquecida. Simultaneamente, atores como Michel Temer e o Congresso Nacional ganharam espaço como agentes de estabilização.

A Teoria da Agenda (McCombs, 2009) permite compreender a centralidade da mídia na definição dos temas debatidos. A ausência de contrapontos ao discurso dominante, como juristas críticos ou movimentos sociais, revela a operação de silenciamentos estratégicos, que consolidaram uma visão unívoca dos acontecimentos.

Bourdieu (1997) e Lage (2001) argumentam que a lógica televisiva privilegia a dramatização e a simplificação. Isso se refletiu na cobertura, que transformou eventos complexos em narrativas com estrutura de começo, clímax e desfecho. Essa moldura narrativa reforçou a percepção de que o impeachment era inevitável — não uma entre várias possibilidades, mas a única admissível.

5 Resultados e discussão

5.1 Análise da cobertura televisiva em horário nobre: estudo comparativo entre TV Globo, Record e SBT

A análise empírica da cobertura jornalística realizada pelos telejornais Jornal Nacional (TV Globo), Jornal da Record (Record) e SBT Brasil (SBT), em treze datas-chave entre dezembro de 2015 e setembro de 2016, revela padrões de enunciação e estratégias narrativas que convergem para a construção de um regime discursivo de crise. A observação sistemática da duração das matérias, dos termos mobilizados, dos sujeitos autorizados a falar e dos enquadramentos adotados permite evidenciar como cada

emissora operou com dispositivos específicos na produção da narrativa do impeachment, reafirmando a televisão como vetor de regimes de verdade (FOUCAULT, 1996).

Na TV Globo, a cobertura pautou-se por uma retórica de legalidade institucional, sustentada na mobilização de termos técnicos como “foro privilegiado”, “crime de responsabilidade” e “decretos sem aval do Congresso”. Essa escolha discursiva criou uma aura de objetividade, mesmo quando os efeitos da enunciação apontavam para a desqualificação política da presidenta. Um caso exemplar ocorreu em 16 de março de 2016, data da nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil, cuja reportagem teve 25 minutos de duração — o equivalente à cobertura de um especial investigativo. O *Jornal Nacional* apresentou a nomeação como uma tentativa de obstrução judicial, com base em declarações do juiz Sérgio Moro e em vazamentos seletivos, produzindo um jogo de visibilidade que associava o governo a práticas de autodefesa e ilegitimidade.

O Jornal da Record adotou um tom mais opinativo, construindo uma narrativa centrada no conflito político e na desordem institucional. Termos como “batalha campal”, “estratégia para proteger Lula” e “desfecho inevitável” indicam uma opção editorial pela dramatização do processo, acentuando sua dimensão espetacular. O foco discursivo recaiu sobre a crise como espetáculo, amplificando gestos, falas exaltadas e manifestações parlamentares como evidências de um país ingovernável. O uso constante de metáforas beligerantes contribuiu para naturalizar a ruptura institucional como desfecho necessário diante do “caos” político.

O SBT Brasil, por sua vez, investiu na simplificação da crise e na construção de uma linha narrativa de declínio progressivo da presidenta e de fortalecimento de Michel Temer. As matérias enfatizaram a “incapacidade política” do PT e o “isolamento institucional” de Dilma, e utilizaram expressões como “fim de jogo” e “página virada”. Essa lógica construtiva de desfecho — própria de uma narrativa tradicional com início, meio e fim — reforçou a percepção de que o impeachment era apenas o último capítulo de um processo irreversível. A cobertura do SBT, embora menos técnica que a da Globo e menos dramática que a da Record, operou como um dispositivo de legitimação simbólica da transição de poder, apresentando Temer como sujeito político restaurador da normalidade.

A comparação entre as três emissoras permite identificar a presença de *formações discursivas* distintas, mas convergentes em seus efeitos: todas elas contribuíram, em maior ou menor grau, para sustentar a narrativa de colapso político e justificar o afastamento como solução institucional. A centralidade de certos personagens (Dilma Rousseff, Lula, Eduardo Cunha, Michel Temer) e a exclusão de outros (juristas críticos, movimentos sociais, intelectuais) indicam os limites do *jogo de enunciação* permitido no espaço televisivo. A narrativa hegemônica foi construída a partir da visibilidade seletiva de certos discursos e do silenciamento de vozes dissonantes — uma prática discursiva que produz sujeitos políticos autorizados e desautorizados.

Do ponto de vista da Análise do Discurso foucaultiana, a televisão funcionou como instância reguladora da discursividade, orientando as condições de possibilidade do que podia ser dito e do que deveria ser omitido. Os telejornais operaram não como observadores neutros do processo, mas como engrenagens de produção de sentido que reforçaram determinados enunciados — “o governo perdeu o controle”, “a presidente já não governa”, “o Congresso reage em nome da democracia” — ao mesmo tempo em que invisibilizaram alternativas analíticas e interpretações críticas do processo.

A convergência dos discursos televisivos em torno da inevitabilidade do impeachment evidencia a existência de um *regime de verdade*: uma rede de saberes e práticas que confere veracidade a certas narrativas e marginaliza outras. Essa estrutura discursiva não se impõe pela censura ou pela mentira, mas pela repetição, pela naturalização e pela exclusão sistemática do contraditório. A cobertura televisiva, ao estruturar cotidianamente essa narrativa, não apenas informou, mas moldou a percepção social da crise, transformando um impasse político em uma verdade midiaticamente autorizada.

5.2 Bastidores da reportagem: como é construído o sentido da notícia

A compreensão da cobertura do impeachment não se limita à análise dos conteúdos exibidos. É necessário examinar os bastidores da produção jornalística, os critérios de noticiabilidade, as rotinas produtivas e os jogos de poder que configuram a prática jornalística como uma tecnologia de produção de verdade. Para isso, este estudo recorreu a uma entrevista em profundidade com Oscar Colombo, ex-produtor da TV

Globo, cuja trajetória profissional lhe confere autoridade enunciativa sobre os processos internos da cobertura televisiva no período analisado.

A entrevista revelou que a reportagem, na televisão comercial, é antes de tudo um produto inserido em lógicas de mercado e de institucionalidade. Segundo Colombo, “o tempo de tela, a escolha da pauta e até o tom do off [narração] são determinados por dinâmicas que articulam política, audiência e controle editorial”. Essa afirmação evidencia que o jornalismo televisivo não é neutro nem espontâneo: ele é fruto de decisões estratégicas que definem quais discursos ganham visibilidade e quais permanecem à margem. Em termos foucaultianos, trata-se de uma prática que opera dentro de um *dispositivo de saber-poder*, no qual a visibilidade não é democrática, mas seletiva e funcional (Foucault, 1996).

Colombo destacou ainda que a repetição de determinadas imagens e frases — como o rosto de Dilma durante protestos ou as declarações de Moro e Cunha — não é casual: é resultado de uma escolha deliberada, que visa reforçar a narrativa dominante e consolidar enunciados. “Repetimos o que sabíamos que o público já reconhecia como sinal de crise”, afirmou. Essa estratégia está alinhada com o conceito de *regime de verdade*, pois estrutura aquilo que pode ser dito como verdadeiro no campo da política, transformando interpretações editoriais em “evidências públicas”.

Outro aspecto enfatizado foi a lógica da escassez de tempo e da simplificação, que impõe ao telejornalismo a necessidade de condensar eventos complexos em fórmulas narrativas acessíveis. Colombo reconhece que isso pode implicar reduções e omissões: “A gente precisa fechar a edição com algo compreensível, ainda que sacrifique nuances”. Essa prática discursiva revela-se como um mecanismo de *normalização da fala*: determinados sujeitos (juristas, parlamentares, juízes) são investidos de legitimidade discursiva, enquanto outros (ativistas, intelectuais críticos, movimentos sociais) são considerados desviantes ou pouco confiáveis, sendo excluídos ou reduzidos a estereótipos.

Por fim, ao refletir sobre o papel da televisão no processo de impeachment, Colombo é direto: “Não fomos os protagonistas, mas com certeza fomos parte da engrenagem. Damos forma à crise. O público viu a crise como nós mostramos”. Essa

afirmação sintetiza o papel do telejornalismo como mediador simbólico da realidade política, articulando imagens, falas e silêncios na produção de uma narrativa com força normativa.

5.3 Análise da percepção pública: pesquisa de campo

Para complementar a análise da cobertura midiática e seus bastidores produtivos, para a elaboração deste artigo foi realizada uma pesquisa quantitativa com 167 respondentes, com o objetivo de mapear a percepção da audiência sobre o papel do telejornalismo no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Embora não se pretenda representar estatisticamente o conjunto da população brasileira, a amostra permite observar tendências de recepção e atribuição de sentidos que confirmam a hipótese de que a mídia televisiva desempenhou papel estruturante na formação de um consenso discursivo em torno da crise política. Os dados revelam que a televisão ainda ocupa posição de centralidade como principal fonte de informação política: 71,9% dos respondentes indicaram os telejornais como veículo prioritário de acompanhamento do processo de impeachment. A TV Globo foi identificada por 59,3% como a emissora mais influente na formação de opinião durante aquele período, seguida pela Record (22,1%) e pelo SBT (12,6%). Esses números reiteram o papel da Globo como instância hegemônica na produção dos sentidos legitimados no espaço público brasileiro, confirmando o que McCombs (2009) define como “poder de agendamento” da mídia: a capacidade de estruturar o debate social por meio da seleção e hierarquização dos temas em circulação.

Mais do que identificar os canais preferidos, os dados indicam um julgamento crítico significativo: 64,7% dos participantes consideram que Dilma Rousseff foi tratada de forma injusta pela mídia televisiva, e 66,5% avaliam que o impeachment teve motivação mais política do que jurídica. Esses resultados apontam para uma consciência discursiva por parte da audiência, sugerindo que os receptores não são passivos, mas atuam na interpretação e reapropriação dos enunciados mediáticos — como afirmam Hall (1980) e, de forma indireta, Foucault (1996), ao tratar das resistências inscritas nos próprios regimes de poder-saber.

A análise cruzada por faixa etária também trouxe resultados reveladores. Entre os jovens de 18 a 25 anos, 60,3% classificaram o processo como “injusto” ou “exagerado”,

enquanto entre os participantes acima de 50 anos, essa percepção caiu para 32,8%. A diferença geracional parece refletir o tipo de mídia consumida: os mais jovens, com maior acesso às redes sociais, mídias alternativas e práticas contra hegemônicas de informação, mostraram-se mais propensos a questionar a narrativa dominante dos telejornais. Esse dado se conecta ao que Foucault chama de “pontos de resistência”: locais em que a hegemonia discursiva é confrontada por práticas de contra saber, ainda que de forma minoritária e fragmentada. Quando questionados sobre a confiança nas emissoras, 48,5% dos participantes afirmaram desconfiar do noticiário da TV Globo, mesmo continuando a assisti-lo. Esse comportamento ambíguo ilustra o que Pierre Bourdieu (1997) descreveu como “adesão crítica”: uma forma de consumo que combina dependência simbólica e ceticismo latente. A televisão permanece como mediadora privilegiada do discurso político, mas seu poder de influência já não é exercido de forma absoluta, sendo tensionado por outras formas de mediação discursiva.

Em termos discursivos, os dados do questionário sugerem que os telejornais, embora continuem a funcionar como dispositivos de *regulação da verdade*, têm sua eficácia atravessada por experiências subjetivas, posições sociais e repertórios interpretativos variados. A televisão ainda organiza, em larga medida, o regime de visibilidade pública dos acontecimentos, mas sua hegemonia é modulada pela recepção ativa, pelos questionamentos morais e pelas disputas simbólicas travadas nos circuitos informacionais descentralizados.

Assim, os resultados da pesquisa de campo não apenas corroboram a análise qualitativa das reportagens, como também revelam a complexidade da formação da opinião pública em contextos de crise. A recepção, longe de ser homogênea, é atravessada por lógicas de classe, geração, escolaridade e posicionamento ideológico. A disputa pelo sentido do impeachment não terminou com a transmissão televisiva: ela continuou — e continua — nos processos interpretativos de seus espectadores.

6 Considerações Finais

A análise desenvolvida neste artigo confirma que o telejornalismo desempenhou papel ativo na construção discursiva da crise que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Os telejornais operaram como dispositivos de poder que selecionaram

enunciados, silenciaram vozes dissidentes e naturalizaram a ruptura institucional. O impeachment não foi apenas um evento jurídico ou político, mas um acontecimento midiático-discursivo, performado por narrativas visuais, sonoras e verbais que moldaram a percepção pública.

A triangulação metodológica permitiu combinar a materialidade do discurso televisivo, as interpretações de atores estratégicos e a recepção crítica do público. A convergência desses dados sustenta a tese de que a televisão não apenas relatou a crise, mas a estruturou simbolicamente, reforçando uma gramática da inevitabilidade e da moralização do embate político. Ao retomar esse debate em 2025, o artigo evidencia a persistência de seus efeitos: a deslegitimação de governos eleitos, a perda de credibilidade nas instituições e o avanço de discursos antidemocráticos encontram, no impeachment de 2016, um ponto de inflexão. Compreender como o jornalismo televisivo operou nesse processo é essencial para pensar os desafios contemporâneos da comunicação pública e os limites da representação democrática.

Mais do que um resgate histórico, esta análise propõe uma reflexão sobre o presente: sobre o poder performativo da mídia, a circulação dos discursos de crise e a necessidade de disputar os sentidos que sustentam — ou corroem — a democracia.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: seguido de "A influência do jornalismo" e "Os jogos olímpicos"**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, p. 28-96, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 39-137, 2001.
- MCCOMBS, M. **A teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, p. 17-42, 2009.
- TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, p. X-139, 2005.